

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Eólica Ibirapuitã S.A.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Ibirapuitã S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Ibirapuitã S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório foi datado de 28 de fevereiro de 2019 sem modificações.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 24 de abril de 2020.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018		Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	308	3.417	Empréstimos e financiamentos	8	3.477	3.540
Contas a receber de clientes	4	1.159	1.072	Fornecedores	9	227	1.761
Impostos a recuperar	5	321	1.057	Obrigações sociais e trabalhistas		3	8
Outros ativos circulantes		139	-	Obrigações tributárias	10	169	449
Penalidades contratuais		265	-	Provisões passivas	11	379	426
Despesas antecipadas		54	181	Partes Relacionadas	13	321	32
		2.246	5.727	Dividendos	14b	-	4.965
				Outras contas a pagar		23	17
						4.599	11.198
Não circulante				Não circulante			
Fundos vinculados	6	3.431	3.187	Partes Relacionadas	13	-	4
Partes Relacionadas	13	-	102	Penalidades contratuais		-	11
Depósitos Judiciais	22	-	18	Empréstimos e financiamentos	8	32.067	35.423
Imobilizado	7	109.440	122.212	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	12	5.357	4.028
Intangível		333	334			37.424	39.466
		113.204	125.853				
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		64.976	64.976
				Reserva legal		1.045	1.045
				Reserva de lucros		14.895	14.895
				Prejuízos acumulados		(7.489)	-
						73.427	80.916
Total do ativo		115.450	131.580	Total do passivo e do patrimônio líquido		115.450	131.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita líquida de vendas	15	17.041	19.659
(-) Custo da operação	16	(13.429)	(11.200)
(=) Lucro bruto		3.612	8.459
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(597)	(639)
Constituição/Reversão de Impairment	17	(6.507)	18.510
Receitas financeiras	18	350	279
Despesas financeiras	18	(4.347)	(5.772)
Outras receitas/(despesas) operacionais	19	-	653
(=) (Prejuízo)/lucro antes das provisões tributárias		(7.489)	21.490
Imposto de renda e contribuição social	20	-	(585)
(=) (Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(7.489)	20.905

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2018	2019
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(7.489)	20.905
Instrumentos financeiros	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(7.489)	20.905
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	(7.489)	20.905
	(7.489)	20.905

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros(Prejuizos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	177.006	-	-	(116.766)	60.240
Aumento de Capital	4.736	-	-	-	4.736
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.905	20.905
Reserva legal	-	1.045	-	(1.045)	-
Reserva de lucros	-	-	14.895	(14.895)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(4.965)	(4.965)
Redução de capital	(116.766)	-	-	116.766	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.976	1.045	14.895	-	80.916
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.489)	(7.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	64.976	1.045	14.895	(7.489)	73.427

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações dos fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(7.489)	20.905
Itens que não afetam o caixa operacional		
Impairment	6.507	(18.510)
Depreciações e amortizações	6.219	6.470
Baixas do Imobilizado	(47)	-
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	1.329	(421)
Custo de captação do empréstimo	(116)	29
Outras receitas	-	653
Encargos Financeiros	3.465	3.866
Bonus contratual O&M	581	-
	<u>10.449</u>	<u>12.992</u>
Aumento/(redução) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(87)	737
Impostos a recuperar	736	1.839
Despesas antecipadas	127	(146)
Depósitos judiciais	18	-
Outros ativos	(139)	-
Penalidade WEG	(152)	-
Penalidades Contratuais	(124)	-
Fornecedores	(1.534)	(4.697)
Provisões passivas	(47)	(31)
Obrigações sociais e trabalhistas	(5)	8
Obrigações tributárias	(280)	167
Outros passivos circulantes	6	28
	<u>8.968</u>	<u>10.897</u>
Caixa líquido das atividades operacionais		
Juros pagos	(3.355)	(3.193)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(305)	(2.840)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>5.308</u>	<u>4.864</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado/intangível/Investimentos	-	(571)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(571)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Operações com Partes Relacionadas	387	(286)
Pagamento empréstimos - principal	(3.413)	(3.761)
Pagamento de dividendos	(5.147)	-
Integralização de capital	-	(4.736)
Pagamento mútuo	-	4.262
Fundos vinculados	(244)	(159)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>(8.417)</u>	<u>(4.680)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.109)</u>	<u>(387)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.417	3.804
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	308	3.417
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.109)</u>	<u>(387)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Eólica Ibirapuitã S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

A Companhia faz parte do Complexo Eólico de Livramento, sendo uma subsidiária integral da Livramento Holding S.A., tendo sido criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul S.A., com a Fundação Elos e com o Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de março de 2016 a gestora de recursos Brasil Plural assumiu a gestão do Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, o qual passou a se chamar Brasil Energia - Fundo de Investimento em Participações.

Em Assembleia Geral realizada no dia 18 de novembro de 2019 a Companhia levou a conhecimento dos demais acionistas a transferência da participação acionária da Elos (Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social) para a titularidade da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul.

O Parque Ibirapuitã possui 25,2 MW médios de potência instalada com um total de 11,7 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme exigido pelo Leilão, para implantação e exploração do parque Eólico Ibirapuitã foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para se estabelecer como Produtora Independente de Energia Elétrica.

As atividades do Parque Eólico Ibirapuitã se iniciaram em dezembro de 2011, quando ocorreram os primeiros aportes de capital pela holding para fazer frente às primeiras despesas com as obras de implantação do parque eólico e algumas despesas administrativas iniciais.

Em novembro de 2014, foi efetuada a troca do fornecedor dos aerogeradores do parque, por insuficiência operacional da WPE Windpower. A WEG Equipamentos Elétricos S.A. foi a nova fornecedora dos 12 Aerogeradores contratado para entrega dos parques até maio de 2015. As atividades de implantação da Central Geradora Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., se encerraram em julho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2019 a central eólica encontra-se em operação comercial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

1.1. Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Em Julho/2015, a potência instalada foi alterada para 25.200kw através da resolução autorizativa Aneel número 5.366.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 12 de março de 2020 e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de acionistas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, intangível, provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

- Classificação - ativos e passivos financeiros;

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais.

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa serão estabelecidas quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, a conta a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. A Companhia não tem histórico de inadimplência em seu contas a receber.

2.2.4. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Demonstramos a seguir, a estimativa de vida útil do imobilizado:

	<u>Vida útil</u>
Edificações obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia.

As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.7. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.2.8. Reconhecimento de receita

O Pronunciamento Contábil CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização no Ambiente de Comercialização Livre. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Administração da Companhia a entender que não há impactos significativos no reconhecimento da receita desde a entrada em vigência do novo pronunciamento contábil.

2.2.9. Imposto de renda e Contribuição social

Lucro Real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

2.2.10. Mudanças em práticas contábeis

- Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019:
- Emissão da interpretação IFRIC 23: incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019. A Companhia não teve e não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 19: alterações no plano em casos de redução ou liquidação. Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019. A Companhia não teve e não espera impactos em possíveis eventos futuros de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados;
- Alteração da norma IFRS 3: Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos;
- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8: Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Contas correntes	19	239
Aplicações financeiras	289	3.178
	<u>308</u>	<u>3.417</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia.

4. Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de venda de energia	1.159	1.062
Venda de energia	-	10
	<u>1.159</u>	<u>1.072</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisão de energia representa a venda do mês de dezembro, cujas faturas serão emitidas no mês subsequente.

5. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
PIS a compensar	25	202
COFINS a compensar	111	778
IRRF sobre aplicação	70	52
IRRF a recuperar	3	3
Outros	112	22
	<u>321</u>	<u>1.057</u>

6. Fundos vinculados

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicação Bradesco DI - O&M	682	566
Aplicação Bradesco DI - Serviço da dívida	2.749	2.621
	<u>3.431</u>	<u>3.187</u>

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. A totalidade da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira em decorrência de empréstimos tomados. As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

7. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo em 31/12/2019	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.345	(1.204)	7.141	7.419
Máquinas e equipamentos	3,80	126.678	(24.777)	101.901	107.426
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	3,80	12.649	(1.805)	10.844	11.260
(-) Impairment (a)		(16.629)	-	(16.629)	(10.122)
Em curso					
Geração					
A ratear		-	-	-	46
Material em depósito		6.183	-	6.183	6.183
Adiantamento a fornecedores		19.987	-	19.987	19.987
(-) Provisão para perda		(19.987)	-	(19.987)	(19.987)
Total Imobilizado		<u>137.226</u>	<u>(27.786)</u>	<u>109.440</u>	<u>122.212</u>

As taxas utilizadas para depreciação do imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

Demonstramos a seguir a movimentação do imobilizado para o exercício de 2019:

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2018	Impairment	Baixas	Depreciação	31/12/2019
Em serviço					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.419	-	-	(278)	7.141
Máquinas e equipamentos	107.426	-	-	(5.525)	101.901
Sistema de transmissão de conexão					
Máquinas e equipamentos	11.260	-	-	(416)	10.844
Impairment (c)	(10.122)	(6.507)	-	-	(16.629)
Em curso					
A ratear (b)	46	-	(46)	-	-
Adiantamento de fornecedores (a)	19.987	-	-	-	19.987
Material em depósito	6.183	-	-	-	6.183
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	(19.987)
Total imobilizado	122.212	(6.507)	(46)	(6.219)	109.440

Demonstramos a seguir a movimentação do imobilizado para o exercício de 2018:

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2017	Aquisições	Reversão de Impairment	Depreciação	Transferências	31/12/2018
Em serviço						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.605	-	-	(277)	91	7.419
Máquinas e equipamentos	113.499	-	-	(5.776)	(297)	107.426
Sistema de transmissão de conexão						
Máquinas e equipamentos	11.537	-	-	(417)	140	11.260
Impairment (c)	(28.632)	-	18.510	-	-	(10.122)
Em curso						
A ratear (b)	-	10	-	-	36	46
Adiantamento de fornecedores (a)	19.987	-	-	-	-	19.987
Material em depósito	5.592	561	-	-	30	6.183
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	-	(19.987)
Total imobilizado	109.601	571	18.510	(6.470)	-	122.212

a. Adiantamento a fornecedores

Em 07 de fevereiro de 2014, as empresas pertencentes ao Grupo Eólicas do Sul, dentre as quais a Eólica Ibirapuitã S.A. firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A.

Em 6 de junho de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A.; a Eólica Ibirapuitã S.A.; a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com crédito de R\$ 239.974. A Companhia apresentou impugnação à lista do administrador judicial para majorar o crédito da Companhia para R\$ 307.437, porém ainda não há uma decisão sobre o processo. Em 07 de fevereiro de 2019 ocorreu a homologação judicial do referido Plano.

Uma das alternativas para o pagamento dos credores é a venda de determinados ativos pela Wind Power, que deverá ocorrer no prazo de até 24 meses após a homologação do Plano.

Em decorrência do não cumprimento das obrigações por parte da contratada Wind Power, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão integral no crédito com este fornecedor.

b. A ratear

O saldo registrado no imobilizado em curso a ratear refere-se aos custos operacionais com a construção dos parques eólicos que ainda não foram alocados a rubricas específicas do imobilizado.

c. Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2019, avaliação individual de sua Unidade Geradora de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do impairment. A Companhia classificou seu projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O impairment está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Anualmente a Companhia revisa as premissas e resultados, o que gera complemento ou reversões de Impairment. A adição de impairment em 2019 decorre principalmente dos efeitos negativos resultantes da diminuição da Garantia Física divulgada no final do ano pela EPE, com efeitos a partir de 2020.

Principais premissas adotadas

	2019
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	6,18% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAL vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
PIS e COFINS	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	Média de geração desde o início da operação.

8. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2019	31/12/2018
BNDDES - Principal	35.853	39.122
BNDDES - Encargos	132	166
BNDDES - Custo de captação	(441)	(325)
	<u>35.544</u>	<u>38.963</u>
Circulante	3.477	3.540
Não circulante	32.067	35.423

Demonstramos a seguir a movimentação dos empréstimos:

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Saldo no início do exercício	3.540	3.904
Transferências do não circulante	3.225	2.732
Amortização (principal e encargos)	(6.768)	(6.991)
Encargos	3.465	3.866
Adição de custo de captação	(14)	-
Amortização do custo de captação	29	29
Saldo final do exercício	<u>3.477</u>	<u>3.540</u>
Não circulante		
Saldo no início do exercício	35.423	38.155
Custo de captação do empréstimo	(131)	-
Transferências para o circulante	(3.225)	(2.732)
Saldo final do exercício	<u>32.067</u>	<u>35.423</u>
	<u>35.544</u>	<u>38.963</u>

O montante de empréstimos tem a seguinte composição por ano de vencimento:

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Consolidado	
Ano de vencimento	31/12/2019	
2020		3.477
2021		3.346
2022		3.346
2023		3.346
2024		3.346
Após 2024		18.683
		<u>35.544</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 32.067, referente a segunda parcela dos empréstimos obtidos junto ao Banco.

Em 29 de dezembro de 2017 foi assinado novo contrato de financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social, o qual determinou que os saldos deixassem de ser atualizados pela TJLP + 2,18% a.a. e a partir da adoção do novo contato os encargos passariam para TJLP + 3,27% a.a. (o montante correspondente à parcela de TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Além disso, houve a troca dos recebíveis oriundos do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para os negociados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia ofereceu, a título de garantias, além dos recebíveis, os seguintes instrumentos: alienação fiduciária de bens e equipamentos, a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e valores caucionados em contas reservas.

A Companhia possui obrigação anual, ao encerramento do exercício, de covenants (cláusulas restritivas) de financiamentos exigidos após o início do prazo de amortização correspondente à apuração de um "Índice de cobertura do serviço da dívida" igual ou superior 1,3 ao final do exercício, o qual foi cumprido pela Companhia em 2019.

9. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais e serviços a pagar	122	1.652
TUST provisão	105	109
	<u>227</u>	<u>1.761</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

10. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ISS a pagar	6	1
CSRF a pagar	26	8
IRRF a pagar	2	-
INSS retido a pagar	28	51
IRPJ sobre a receita	-	232
CSLL sobre a receita	-	42
PIS sobre a receita	19	19
COFINS sobre a receita	88	87
ICMS a pagar	-	9
	<u>169</u>	<u>449</u>

11. Provisões passivas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Serviços de engenharia	379	426
	<u>379</u>	<u>426</u>

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

12. Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

Os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pelas empresas do grupo Eólicas do Sul, e não há mais o risco do crescimento desta provisão de ressarcimento por geração reduzida devido a uma performance abaixo do previsto na produção de energia.

O saldo remanescente dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) que havia sido previsto pela administração até o exercício findo em 2017 é diferente do divulgado como oficial pela CCEE em 2018. Basicamente a divergência numérica para maior está na data base do PLD médio utilizado. Pela leitura dos contratos, a Companhia utiliza 31 de março de 2017, data em que não há mais a obrigação de entrega de energia ao ambiente regulado, ao passo que a Câmara de Energia utiliza 31 de dezembro de 2017.

A Companhia discutiu a forma de cálculo administrativamente com a ANEEL, mas teve seu pleito negado pela referida Agência em maio de 2019, motivo pelo qual para efeito de provisões no passivo de longo prazo, o que está registrado na data base dezembro de 2019 é o montante calculado pela CCEE.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Os valores a serem ressarcidos às distribuidoras serão objeto de negociação bilateral e estão sendo atualizados à IPCA.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Saldo início do exercício	-	894
Transferência Longo prazo	-	(894)
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Não circulante		
Saldo início do exercício	4.028	3.556
Transferência	-	894
Varição IPCA sobre saldo de provisão acumulado	169	-
Varição do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado (a)	1.160	(422)
Saldo no final do exercício	<u>5.357</u>	<u>4.028</u>

(a) Ajuste do ressarcimento conforme PLD quadrienal atualizado.

13. Partes relacionadas

<u>Contas a receber</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Livramento Holding	Créditos a receber	<u>-</u>	<u>102</u>
		<u>-</u>	<u>102</u>
<u>Contas a pagar</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Livramento Holding	Despesas a reembolsar	-	36
CGT Eletrosul	Créditos a pagar	321	-
		<u>321</u>	<u>36</u>
Circulante		321	32
Não circulante		-	4

Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da acionista controladora Livramento Holding S.A. e suas controladas, totalizou R\$ 282 (R\$ 155 em 31 de dezembro de 2018), e inclui salários, honorários e remuneração variável.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como a Companhia não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Adicionalmente, também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

14. Patrimônio Líquido

a. Capital social

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ações	%	Ações	%
Livramento Holding S.A	64.976	100	64.976	100
	<u>64.976</u>	<u>100</u>	<u>64.976</u>	<u>100</u>

Em 31 de dezembro de 2019 o Capital Social da Companhia é de R\$ 64.976 (64.976 em 31 de dezembro de 2018), representadas por ações ordinárias que não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertencente a acionistas domiciliados no país. As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

b. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de quaisquer espécies será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei societária.

No decorrer do exercício de 2019 ocorreu o pagamento do montante de R\$ 5.147 dos quais R\$ 4.965 referem-se a dividendos distribuídos e R\$ 182 a correção monetária entre a data de constituição e o efetivo pagamento. Os valores já se encontravam provisionados relativos a exercícios anteriores.

Em decorrência da geração de prejuízos acumulados, não ocorreu destinação de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

15. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Penalidade - WEG	429	(43)
Energia Elétrica de curto prazo - CCEE	(82)	1.173
Receita de venda de energia - Comercialização	1.124	677
Receita de venda de energia - MCSD	17.580	20.276
Deduções da receita bruta		
	(345)	(422)
COFINS	(1.589)	(1.943)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(76)	(59)
Receita líquida operacional	<u>17.041</u>	<u>19.659</u>

16. Custo de operação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços de terceiros	(4.772)	(3.461)
Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR	(1.330)	422
Encargos de uso da Transmissão	(1.181)	(1.201)
Depreciação	(6.219)	(6.470)
Arrendamentos	(181)	(207)
Seguros	(223)	(62)
Pessoal e Administradores	(272)	(204)
Outros	749	(17)
	<u>(13.429)</u>	<u>(11.200)</u>

17. Despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal e Administradores	(10)	(29)
Serviços de terceiros	(568)	(586)
Arrendamentos	(2)	(1)
Reversão/Constituição de Impairment	(6.507)	18.510
Despesas gerais e administrativas	(17)	(23)
	<u>(7.104)</u>	<u>17.871</u>
Despesas gerais e administrativas	(597)	(639)
Impairment	(6.507)	18.510
	<u>(7.104)</u>	<u>17.871</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

18. Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Receitas de aplicações financeiras	350	279
Receitas financeiras	<u>350</u>	<u>279</u>
	2019	2018
Encargos da dívida	(3.495)	(3.895)
Multas e juros contratuais	-	(991)
Despesas bancárias	(72)	(62)
Juros e multa	(1)	(6)
IOF	(1)	(1)
Tarifa prestação fiança	(377)	(586)
Outras despesas financeiras	(401)	(231)
Despesas financeiras	<u>(4.347)</u>	<u>(5.772)</u>
Total líquido	<u>(3.997)</u>	<u>(5.493)</u>

19. Outras receitas/(despesas) operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Venda de imobilizado	-	658
Recuperação de despesas	-	(5)
	<u>-</u>	<u>653</u>

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

20.1. Tributos correntes

A Companhia apurou o imposto de renda e a contribuição social a pagar de acordo com o regime do 'lucro real'. Neste regime, o lucro operacional tributável é ajustado por adições ou exclusões de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável, acrescido do adicional de 10%. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável. Conseqüentemente, representam uma taxa de 34% para 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
(Prejuízo)/Lucro antes do IR e CSLL	(7.489)	21.490
Alíquota nominal combinada do Imposto de Renda e Contribuição Social	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição social às alíquotas da legislação	-	(7.307)
Outras exclusões	-	6.722
Imposto de Renda e Contribuição Social Líquidos	<u>-</u>	<u>(585)</u>

20.2. Tributos diferidos

A Companhia acumula prejuízos fiscais que não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente e, portanto, ensejariam o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas. Dessa forma, a Companhia aguarda a melhor oportunidade de utilização desses créditos para então fazer seu reconhecimento.

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros				
Contas correntes bancárias	-	19	-	239
Aplicações financeiras	289	-	3.179	-
Fundos vinculados	3.431	-	3.187	-
Contas a receber de clientes	-	1.159	-	1.072
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	35.544	-	38.963
Fornecedores	-	227	-	1.761

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

b. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2019 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2019. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Índices	Taxa 2019 (%)	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI	4,40%	3,30%	2,20%
TJLP	5,57%	4,18%	2,79%

	Saldo em 31/12/2019	Exposição	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo (redução)				
Fundos Vinculados	3.431	CDI	113	75
Passivo (aumento)				
Empréstimos e Financiamentos	35.544	TJLP	1.485	990

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Os objetivos da Companhia são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

22. Contingências

Em 31 de dezembro de 2019, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam, nas esferas judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco possível, provável e remoto de materialização. Os valores referentes aos processos considerados de risco provável estão previstos nos passivos da Companhia. Os processos de risco possível e aqueles que a Companhia entende que merecem destaque serão a seguir detalhados.

a. Impactos da REN n° 719/2016 (alteração da REN n° 595/2013)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN n° 719/2016 da ANEEL que, entre outras alterações, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluem mudanças na REN n° 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada à característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Ressarcimento esse que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, utiliza-se para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN n° 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para a Companhia.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessores jurídicos externos, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Desta forma, conservadoramente, nenhuma provisão contábil foi constituída nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

b. Ação de Reparação por Perdas e Danos - Geonaturae (Perda possível)

Em julho de 2018 a empresa Geonaturae Comércio de Serviços Ambientais Ltda. ingressou com Ação de Reparação por Perdas e Danos, solicitando o pagamento de R\$ 248, a título de perdas e danos, acrescido de juros e correção monetária, em função da quebra do contrato firmado com a Companhia, em virtude da sua rescisão.

c. Reclamatórias Trabalhistas (Perda possível)

A Companhia possui uma reclamatória trabalhista, de funcionário de empresa que lhe prestou serviço, possuindo responsabilidade subsidiária. O valor estimado da referida ação é de R\$ 1.

d. Requerimento Administrativo - ANEEL

Em 06 de julho de 2018, a Eólica Ibirapuitã S.A. protocolou junto à ANEEL Requerimento Administrativo, que tinha por objetivo a revisão dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs registrados em 2017 que, num primeiro momento, tiveram o seu volume reduzido para o período compreendido entre 01 de abril e 31 de dezembro de 2017, suspendendo a possibilidade de entrega de energia nesse período e, posteriormente, foram integralmente rescindidos, encerrando suas obrigações contratuais quanto à entrega de energia para os agentes compradores.

Tais situações foram possíveis em virtude do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD): MCSD de Energia Nova A-0 e MCSD Energia Nova A4+.

O Requerimento Administrativo acima descrito apresenta os argumentos da empresa no sentido de que o cálculo do ressarcimento deve considerar a referência de preço médio do PLD aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia, qual seja até 31 de março de 2017 e não até dezembro do mesmo ano, conforme o cálculo apresentado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). No entanto, referido Requerimento foi negado pela Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da ANEEL, conforme Despacho nº 2.141, de 19 de setembro de 2018.

Em 11 de janeiro de 2019 foi protocolado o Pedido de Anulação, elaborado por escritório especialista em demandas perante a ANEEL, que tem por finalidade a reversão da decisão tomada pela Agência, nos termos do Despacho anteriormente mencionado e a reapuração dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs rescindidos em virtude do processamento do MCSD, de maneira a considerar a referência de preço aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia.

No entendimento do escritório que patrocinava o processo administrativo perante a ANEEL a chance de sucesso era provável.

No entanto, em 28 de maio de 2019 a Diretoria da ANEEL, por unanimidade, decidiu, negar provimento ao Pedido de Anulação, mantendo na íntegra o Despacho nº 2.141/2018. Desta forma, nas demonstrações contábeis da Companhia o valor considerado para o pagamento dos ressarcimentos devidos às distribuidoras pela Companhia é o calculado pela CCEE (até dezembro de 2017).

23. Compromissos

23.1 Desmobilização de ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terrenos com terceiros. O Pronunciamento Contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes determina que deve-se constituir provisão de desmobilização de ativos para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original, devendo-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado.

Entretanto, os contratos mantidos pela Companhia possuem cláusula específica que permite à Companhia remover ou não a rede elétrica e os equipamentos do terreno, desde que em caso de não remoção não ocorra prejuízos aos arrendadores. Dessa forma, considerando que a Administração espera manter a utilização da rede elétrica e dos equipamentos após o fim do contrato, seja por extensão do contrato ou por venda para terceiros, não foi construída provisão para desmobilização de ativos, já que não são esperados desembolsos.

23.2 Arrendamentos

A Companhia possui compromissos referente ao contrato de arrendamento de terras, os quais se referem, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia.

Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos nas demonstrações do resultado pelo método linear, durante o período de arrendamento. Estes pagamentos ocorrem mensalmente e são equivalentes a 1,0% da receita líquida obtida com a geração de energia.